

COMO CONSTRUIR TRAJECTÓRIAS DE VIDA EM TEMPOS DE CAOS E IMPREVISIBILIDADE?

Carlos Manuel Gonçalves e Joaquim Luís Coimbra

Apresenta-se, num primeiro momento, uma reflexão crítica sobre os dados de um estudo realizado pela Secretaria de Estado da Juventude aos jovens portugueses da década de noventa, no que se refere à sua transição de um mundo protegido, como é a escola, para outro onde a instabilidade (quer ela assuma uma forma de precariedade ou de desemprego) tende a imperar; ou seja, procura-se perceber como se articulam os percursos de formação com a entrada no mundo do trabalho. Num segundo momento, levantam-se uma série de questionamentos sobre as trajectórias de formação e inserção profissional dos jovens num contexto onde os fenómenos da globalização, da turbulência, da incerteza, da imprevisibilidade e do caos se constituem como as marcas identitárias e configuradoras do presente. Por fim, propõem-se alguns contributos de pistas de intervenção para proporcionar, aos jovens, recursos para lidarem construtivamente com os desafios do mundo actual, facilitando a emergência de projectos de vida viáveis.

Frequentemente a juventude é apresentada como um momento incontornável e espontâneo do ciclo vital do desenvolvimento humano. A esta etapa da existência, o senso comum atribui-lhe um série de propriedades específicas, – a irreverência, o espírito de contestação, às vezes, mesmo, a vontade utópica de transformar o mundo – e os seus problemas singulares, entre os quais avultam o emprego/ desemprego, e os comportamentos desviantes como a droga ou as várias formas de delinquência.

Face a esta visão estereotipada e simplista do ser jovem pretende-se contrapor uma mais complexa e diferenciada, porque nem as qualidades juvenis citadas são universalmente partilhadas por todos os jovens, nem os problemas que se lhes reportam são por todos ou, mesmo pela generalidade, vividos. Porque cada jovem foi configurando uma identidade singular ao longo do seu

desenvolvimento como resultado das relações significativas que foi estabelecendo com o mundo que o rodeava, nomeadamente com a família, escola e contexto social de origem; é da qualidade destas relações e das oportunidades que os contextos naturais de vida lhe proporcionaram ou lhe inviabilizaram que dependerá a forma de cada jovem se situar face aos desafios e constrangimentos do presente e do futuro (Campos, 1989). Isto é, não é indiferente e insignificante nascer num contexto familiar onde existe estabilidade emocional que garante segurança ou provir de uma família desestruturada e disfuncional; não é irrelevante viver em *ghettos* de exclusão social ou viver em zonas privilegiadas onde se pode aceder às oportunidades de maior viabilização de sucesso (Law, 1990); não é irrelevante pertencer a uma classe social ou a outra; não é irrelevante viver no interior ou viver no litoral.

Estas assimetrias, entre outras, são predictoras das trajectórias diferenciadas de vida dos jovens e do nível de expectativas de que são portadores em termos de investimento na formação que os poderá preparar para a entrada na vida profissional; porque apesar da escassez de emprego — que cada vez mais se anuncia —, e de cada vez menos a formação em que se investe garantir automaticamente o emprego para que nos preparamos, também é verdade que são os menos equipados em termos de saberes e qualificações profissionais que são, naturalmente, os excluídos das escassas oportunidades disponíveis; sobretudo, das que são percebidas como atractivas e onde o trabalho contém condições e características susceptíveis de contribuir para a realização e dignidade profissionais, por contraponto a modos e níveis indiferenciados de emprego que, para além da sua precariedade, não podem deixar de ser considerados, em muitos casos como a contrapartida penosa de subsistência económica.

1. A Situação dos jovens portugueses dos anos 90 face à formação e ao emprego

Confrontemo-nos com alguns dados do último estudo sobre a situação dos jovens portugueses mandado realizar pela Secretaria de Estado da Juventude (SEJ) em 1997, coordenado por Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (1998), para tomarmos consciência como a juventude portuguesa é um grupo muito diferenciado e como uma caracterização simplista poderá ser redutora e levar-nos a leituras enviesadas da realidade.

Sendo a escola e o trabalho dois campos decisivos de qualquer trajetória de vida nas sociedades ocidentais, neste estudo pretendeu analisar-se a forma como os jovens dos anos 90 se relacionam material e simbolicamente com estes dois mundos.

No que respeita à escola, os jovens foram questionados sobre os respectivos percursos escolares que estão a realizar ou realizaram e os projectos educativos e formativos que acaentam.

No que se refere ao trabalho, os jovens foram inquiridos sobre o processo de transição da escola para o mundo do trabalho. Procurou traçar-se um retrato da forma como os jovens dos anos 90 transitam de um mundo protegido como é a escola para outro onde a instabilidade (quer ela assuma a forma de precaridade ou de desemprego) tende a imperar.

1.2. O jovem face à formação

Assim, salienta-se estes dados que poderão ajudar-nos a reflectir sobre o perfil do jovem português face às trajetórias escolares ou de formação:

- (a) Os jovens, cujos progenitores têm um nível de escolaridade mais elevado tendem a prolongar a sua escolaridade e acedem a níveis mais elevados de formação do que aqueles cujos progenitores são pouco ou nada escolarizados, que tendem a deixar o sistema antes da conclusão da escolaridade obrigatória (3º ciclo), deparando-se, frequentemente, com a situação de insucesso escolar — embora 60% dos jovens inquiridos se confrontem pelo menos com uma situação de insucesso.
- (b) Os jovens provenientes de classes sociais médias e altas (nomeadamente de famílias escolarizadas) tendem a ter percursos escolares mais longos (70% dos inquiridos), enquanto que os jovens provenientes de classes sociais baixas, nomeadamente de meios rurais tendem abandonar a escola durante a escolaridade obrigatória (apenas 15,2% continua no sistema de ensino) e sem qualquer qualificação profissional. Este abandono durante a escolaridade obrigatória (71%, apenas 28,6% concluiu o 9º ano) é um dos extremos fenómenos de exclusão social que constitui a face visível duma situação mais vasta que atinge jovens em ruptura declarada ou silenciosa com uma escola obrigatória e obrigada que ainda não é assumida como

um direito, mas tão só um dever. Passadas décadas sobre um processo de massificação que se destinou a garantir a todos o direito de acesso à educação, a escola aparece ainda hoje, incapaz de assegurar, a uma percentagem significativa da população jovem, a aquisição de um conjunto mínimo de saberes, que permita a construção e reconstrução de trajetórias sócio-profissionais qualificantes, bem como a aprendizagem e o exercício pleno da cidadania democrática. Formalmente aberta a todos a escola continua a ser apenas para alguns, contribuindo para perpetuar a sua função legitimadora na manutenção das desigualdades sociais e negando a muitos jovens o exercício de um novo direito social: o de aprender mais. Mas a problemática do abandono escolar não se circunscreve ao domínio estritamente educativo; mas ela tem incidências gravosas no processo de integração socio-profissional, porque a saída da escola de cerca de 90 000 jovens anualmente sem ter concluído a escolaridade obrigatória e sem qualquer certificação profissional corre o risco de se transformar na primeira etapa de um círculo vicioso de exclusão social: escolaridades fracassadas, abandono escolar, insucesso profissional, exclusão social e risco de comportamentos desviantes.

- (c) Um dos elementos mais distintivos dos jovens dos anos 90 reside no elevado número dos que tem como expectativa apostarem em trajetórias escolares prolongadas que conduzem à obtenção de um diploma de nível superior (cerca de 70%) dos 36,8% que continuam a formação no ensino secundário após a escolaridade obrigatória. Assim, emerge neste estudo uma clivagem profunda que resulta de investimentos escolares claramente diferenciados: de um lado um grupo significativo de jovens para quem a permanência no sistema de ensino se reduziu ao tempo mínimo estipulado pela lei (mais de 60% dos inquiridos) e um outro grupo, minoritário, onde se concentram todos aqueles para quem a grande meta reside na obtenção de um diploma de nível superior (70% deste grupo). O nível de aspirações dos estudantes decorre de elevadas expectativas de mobilidade social ascendente; da crença na posse de um diploma de ensino superior como escudo protector face ao desemprego e à precariedade de emprego ou de estratégias que se destinam a neutralizar possíveis trajetórias de desclassificação social. Simultaneamente, são indiciadoras da falência das medidas de política educativa, que, nos últimos anos, têm

vindo a ser tomadas com o intuito de revitalizar as saídas intermédias vocacionadas para preparar os jovens na aquisição de competências profissionais para a inserção na vida activa após a conclusão do ensino secundário. O facto de apenas 9% dos jovens esperar vir a completar um curso tecnológico do ensino secundário demonstra, de forma clara, a reduzida atracção que esta oferta formativa exerce sobre a população estudantil, não sendo uma alternativa credível e socialmente valorizada pelos jovens após a conclusão da escolaridade obrigatória.

- (d) Apesar da aspiração de formação superior, *o género e a classe social* introduzem diferenças nos investimentos de projectos escolares. As raparigas (87%) têm aspirações mais elevadas que os rapazes (77,5%) quanto à expectativa de vir aceder a formações superiores. Uma interpretação possível é que as raparigas, protagonizando em maior número do que os rapazes trajetórias escolares de sucesso e confrontadas com um mercado de trabalho que não só lhes é menos favorável como também faz depender o seu acesso aos empregos disponíveis dos títulos académicos de que são portadoras, tenderão a apostar nos estudos superiores como a melhor estratégia para aumentar as suas vantagens competitivas e prolongar o momento de transição para a vida activa.

Relativamente à classe social de origem, esta continua a ser uma variável extremamente importante na configuração do campo de oportunidades escolares, ou seja, no nível de aspiração que orienta as trajetórias escolares. Assim, é nas classes sociais mais favorecidas em capital económico e/ou escolar que se encontram jovens com níveis mais elevados de aspiração; em contrapartida, é nos jovens de classes sociais mais desfavorecidas que se encontram os projectos menos ambiciosos (Schulenberg, Vondracek & Crouter, 1984; Imaginário, 1990). Através de processos de auto-exclusão, estes alimentam em muito menor número a esperança de poderem vir a possuir um diploma de nível superior.

1.2. Os jovens face ao trabalho

As transformações ocorridas nas sociedades ocidentais nas últimas duas décadas, nomeadamente a escassez de postos de trabalho, contribuiu para que a inserção de muitos jovens na vida activa se caracterize por uma alternância

entre períodos de desemprego, mais ou menos longos, empregos precários e frequência de cursos de formação.

Simultaneamente, quer porque o aumento da escolaridade obrigatória induz uma maior permanência no sistema educativo quer porque o investimento no mercado dos títulos académicos seja percebido como uma estratégia mais adequada para enfrentar o desemprego e a escassez de postos disponíveis quer, ainda, porque a permanência na escola é uma das formas possíveis de ir adiando o confronto com o mundo do trabalho, pouco receptivo à população mais jovem (Azevedo, 1999). O facto é que a primeira experiência de trabalho remunerado se situa entre os 15 e os 17 anos, embora a tendência vá no sentido de se ir adiando esta entrada no mundo do trabalho.

Salienta-se um conjunto de dados que nos poderão servir de reflexão sobre a transição dos jovens da escola (local seguro) para o mundo turbulento do trabalho:

- a) nesta última década, em relação à de 80, o peso das inserções precoces (jovens com menos de 15 anos) no mundo do trabalho diminuiu de 27,5% para 16,5%;
- b) nota-se um efeito diferenciador nos processos de inserção profissional relativamente ao género. A segregação das mulheres no mercado de trabalho é um facto inquestionável neste estudo. As raparigas tiveram o seu primeiro trabalho remunerado numa idade mais avançada que os rapazes; enquanto que 65,3% dos rapazes viveu a sua primeira experiência com menos de 18 anos, apenas 48% das raparigas acedeu à mesma oportunidade. Esta diferença pode ser lida de dois pontos de vista. Se, por um lado, é o reflexo de uma maior abertura do mercado de trabalho aos jovens rapazes, reflectindo a existência de uma discriminação que penaliza as raparigas no acesso ao primeiro emprego, mantendo-as mais tempo afastadas dos circuitos produtivos, por outro lado, podemos admitir que algumas delas tenderão a reverter esta situação a seu favor, porque, permanecendo mais tempo no sistema educativo — e as maiores taxas de escolarização das raparigas aí estão para o comprovar —, poderão aumentar as suas vantagens comparativamente aos seus colegas rapazes, através da obtenção de níveis de habilitação escolares mais elevados, enquanto que um grupo significativo destes foi excluído do sistema de formação para

entrar no mundo do trabalho com baixas qualificações profissionais (Cabral & Pais, 1998).

- c) A mobilidade profissional é uma das características mais salientes da transição para a vida activa dos jovens desta década. 57% dos jovens diz já ter mudado de emprego pelo menos uma vez ao longo da sua curta vida profissional. Apesar da mobilidade ser um fenómeno comum a esta geração ela não se distribui de uma forma homogénea por todos os grupos juvenis. Nos jovens com níveis de qualificação académica mais reduzidos, a mudança de emprego regista-se com maior frequência, porque as oportunidades profissionais estão muito relacionadas com os títulos académicos. Ou seja, ao mercado de trabalho mais qualificado correspondem empregos mais estáveis, mais bem remunerados, com boas oportunidades de promoção na carreira e boas condições de trabalho, ocupados por uma mão de obra experiente e com níveis de qualificação elevada. No mercado de trabalho indiferenciado predominam os empregos mal pagos e precários, com oportunidades de carreira muito reduzidas, na sua maioria ocupados por trabalhadores pouco qualificados e com baixos níveis de escolarização. Não é de estranhar que estes jovens, ao serem portadores de reduzidas credenciais escolares e, ao serem profissionalmente indiferenciados, tenham tido acesso ao segmento do mercado de trabalho onde o tipo de empregos disponíveis cria as condições propícias para uma elevada rotatividade da mão de obra, onde não se vislumbram trajetórias profissionais ascendentes, mas sim percursos horizontais onde um emprego desqualificado tenderá a ser substituído por outro semelhante ao anterior.

Falar de desemprego nos jovens dos anos 90 é falar de um fenómeno que estabelece também clivagens entre os vários subgrupos. São os jovens mais velhos, menos escolarizados, residentes nas grandes zonas industrializadas, “subprodutos” da industrialização—o proletariado urbano—, que integram o grupo mais vulnerável ao desemprego dito estrutural, colocando-os numa situação de exclusão social e de maior exposição a comportamentos de risco. São também os jovens de classes sociais mais desfavorecidas que mais sofrem as consequências do desemprego, porque à exclusão do mercado de emprego está associada a exclusão do mercado dos bens de consumo. Ao não poderem contar, quando desempregados, com o suporte financeiro da sua

família de origem, e ao dependerem das remunerações que auferem para satisfazer as suas necessidades de consumo e se autonomizarem da sua família de origem são estes jovens que se mostram menos disponíveis para prolongarem a sua situação de desemprego, aproveitando a primeira oportunidade de emprego que lhes aparece (Gonçalves & Coimbra, 1997; Smith, 1983). No entanto, os jovens provenientes de classes sociais mais favorecidas, escudados nos apoios financeiros que as suas famílias de origem disponibilizam para acederem ao bens de consumo, esperam por uma oportunidade de emprego que corresponda às suas expectativas.

Tendo em conta os indicadores deste estudo, as principais conclusões que se poderão inferir relativamente aos jovens portugueses desta década são:

- (a) a escola, ou seja, o sistema de oportunidades de formação parece ter cada vez mais um a função latente de contenção do desemprego juvenil; porque apesar de Portugal ter tido as taxas mais baixas de desemprego da União Europeia, (até aos anos 90) — por implementação de políticas subterrâneas (emigração, guerra colonial, campanha do trigo, submersão de um elevado número de desempregados no subemprego) —, na última década, o mercado de trabalho português tem mostrado crescentes dificuldades em absorver toda a força de trabalho disponível, em virtude de os ganhos de produtividade e competitividade alcançados implicarem mais um investimento tecnológico do que a criação de oportunidades de novos empregos (Cabral & Pais, 1998). E os jovens são conscientes desta realidade. Porque quando lhes perguntam as razões do desemprego não atribuem a responsabilidade à escola que os não prepara para a vida profissional, mas à insuficiente oferta de emprego;
- (b) tem-se registado, nos países da comunidade, uma vontade política plenamente justificada para aumentar a escolaridade dos jovens e muitos deles têm aceite este repto, porque acreditam que melhores qualificações escolares e profissionais garantirão melhores oportunidades de emprego, mas também, assim, adiam o confronto com o mercado de trabalho: a escola funciona como parque de estacionamento de potenciais desempregados (contenção), aumentando o nível de qualificação e certificação dos futuros desempregados, em vez de reduzir o nível de desemprego (Azevedo, 1999);

(c) é com alguma perplexidade que se constata o facto de os jovens portugueses com qualificações académicas mais elevadas, nomeadamente aqueles que têm o ensino secundário, serem os mais atingidos pelo desemprego, quando seria de esperar que este afectasse sobretudo os jovens com mais baixas qualificações académicas. Provavelmente, entre os jovens escolarmente mais bem qualificados, haverá uma procura mais selectiva do trabalho, por isso, maior desemprego, porque rejeitam empregos percebidos como menos atractivos do ponto de vista da sua realização pessoal. Também são estes que detêm maiores recursos económicos ou suportes familiares que lhes permitem ir adiando a entrada no mundo do trabalho, resistindo a formas desqualificadas e precárias de inserção profissional. Enquanto que os jovens menos qualificados são aqueles que provêm de classes sociais desfavorecidas, tendem, por necessidades de sobrevivência, a aproveitar a primeira oportunidade que se lhes oferece; ou seja, para estes jovens, o problema do desemprego resolve-se, em grande medida, através do recurso ao subemprego (Cabral & Pais, 1998).

2. Os desafios estruturais com que se confrontam os jovens de hoje

Na segunda parte desta reflexão levantam-se um conjunto de preocupações sobre o futuro socioprofissional dos jovens de hoje e uma tentativa de avançar alguns contributos para reflectir e equacionar novos desafios que são colocados aos profissionais que estão interessados em abrir caminhos num contexto sociopolítico em turbulência e estrangulamento, procurando-se um quadro de referência que oriente e contextualize para recriar saídas possíveis nesta sociedade global em profundas transformações, onde a incerteza, a imprevisibilidade, o caos se constituem como as marcas mais identitárias e configuradoras do presente (Azevedo, 1999).

O desemprego atinge mais de trinta milhões de indivíduos na Europa comunitária, sendo os jovens e as mulheres os grupos mais vulneráveis e, por isso, mais indefesos e mais expostos à situação de riscos. A Europa da abundância, apesar de produzir cada vez mais riqueza, gera, paradoxalmente, mais desemprego, sentindo-se impotente para evitar enormes fracturas sociais, porque incapaz de articular os problemas da produtividade, do trabalho e do emprego, da globalização, da introdução de novas tecnologias, da

concorrência internacional e da dimensão humana do desenvolvimento. Portugal, com uma economia interdependente e periférica, não escapa a esta lógica dominante. O desemprego sobe progressivamente e já nos confrontamos com dezenas de milhares de jovens licenciados com dificuldades de inserção no mundo do trabalho.

Os jovens de hoje encontram-se numa encruzilhada de moratória social que se vai prolongando e vai adiando os investimentos das trajetórias profissionais para as quais se foram preparando. É evidente que só não partilha este sentimento uma minoria privilegiada que tem o seu destino mais ou menos traçado e o seu lugar mais ou menos assegurado; são os que detêm o poder e o querer para acederem às oportunidades sociais que lhe foram naturalmente proporcionadas pelo facto de pertencerem a um grupo social poderoso.

Constata-se, nas sociedades actuais, uma descontinuidade crescente e, por vezes, pouco tolerante, solidária e cooperante entre as gerações que cresceram e perspectivaram as suas trajetórias de vida nos trinta anos após a II guerra mundial, marcados por um optimismo histórico do pleno emprego, e a geração dos adolescentes e jovens da última década do milénio. Os primeiros, perspectivaram a sua formação, que os preparou para o mundo profissional, sem se confrontarem com *numeri clausi* no acesso a uma formação superior e com bastante previsibilidade e certeza na entrada na actividade profissional que planearam; o diploma que os certificou garantiu-lhes uma projecção linear, ascendente e previsível da trajetória profissional – é a lógica balística da carreira. Os segundos, os jovens de hoje, projectam os seus itinerários de vida num contexto marcado pela incerteza, imprevisibilidade, turbulência e caos – é um itinerário vocacional em vôo de borboleta. “A beleza do vôo das borboletas esconde um segredo: em cada dia e em cada momento em que o vôo se esboça, nunca se repete. Ora sobe, ora desce, ora vira para o lado ora passa para o outro, ora avança ora retrocede. O vôo de borboleta escapa à nossa mais sofisticada capacidade de previsão; é pelo menos aparentemente caótico e, para nosso espanto, é quase sempre harmonioso” (Azevedo, 1999, p. 95). Esta lógica caracteriza e configura cada vez a realidade do mundo do trabalho deste final de século em que o mito do pleno emprego se tem vindo a desmoronar.

Para os jovens de hoje, todas as antigas certezas ligadas à formação, educação, aos valores, aos significados atribuídos ao trabalho estão em questionamento:

- (a) é a incerteza de entrar no curso a que aspiram, após o 12º ano, para aqueles que querem alargar o tempo da sua formação no ensino superior— sendo cada vez mais uma aspiração legítima do jovem português—, introduzida pelos famigerados *numeri clausi*;
- (b) é a incerteza da entrada e inserção no mundo do trabalho após a conclusão de um curso tecnológico ou profissional, porque as entidades empregadoras não confiam na formação realizada, ou porque a desconhecem ou por ela nunca ter conseguido ser validada pelos decisores políticos, ou porque os critérios de admissão ao emprego continua a não se pautar pela avaliação das competências profissionais dos candidatos mas pelas vias informais. Isto é, a rede de conhecimentos, de relações interpessoais e dos favores continua a ser a forma mais eficaz de aceder à integração profissional. A mesma incerteza se instala nos jovens licenciado: cada dia que passa aumenta o número dos desempregados nos jovens licenciados, com tendência a crescer. Entre outras consequências, já se verifica um aumento no desinvestimento no estudo, nas aprendizagens, no esforço escolar, diminuindo o valor simbólico e real dos diplomas como garante de um emprego;
- (c) é a incerteza de vir a desempenhar uma actividade profissional em articulação com a formação realizada. A este propósito, vale a pena mencionar os resultados de um trabalho exploratório realizado, no ano lectivo passado, no âmbito da cadeira de Psicologia e Orientação Vocacional do 4º ano de Licenciatura da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, sobre as saídas profissionais dos 11 cursos tecnológicos do sistema regular de ensino. A maioria dos diplomados não tinha entrado no mundo do trabalho e a sua quase totalidade não estava a realizar a actividade profissional para que se tinha preparado; cerca de 70% dos diplomados não trabalham na mesma área de formação em que se formaram;
- (d) é a incerteza relativamente ao vínculo laboral que irão ter, sendo o mais provável que seja de carácter precário, pelo menos nos primeiros anos do desempenho profissional; facto que vai perpetuar a sua dependência em relação à sua família nuclear e adiar a construção da sua autonomia e independência e, eventualmente, a realização de outros projectos de vida, como a constituição de família, entre outros;

(e) é a incerteza de viver numa cultura de “pós-modernidade” onde se regista um esvaziamento de valores e referências, onde não existem grandes causas sociais em que se envolvam, e onde as grandes narrativas culturais, religiosas, políticas ou nacionais, que poderiam dar sentido à vida deixaram de ter o seu impacto. Sem causas universais que os liguem, sem referências éticas, numa cultura consumista e hedonista marcada pelo efêmero (a lógica do usar e deitar fora), pelo vazio interior e pela esteticização do quotidiano, onde se bloqueiam as possibilidades de acesso às oportunidades sociais de formação e profissão a que aspiram, os jovens abandonados, dependentes de outros vão adiando cada vez mais a construção de um projecto de vida autónomo. Não é fácil para um jovem aceitar que poderá estar a investir na construção de um projecto de vida sem saber (nem conseguir antecipar) qual irá ser no futuro a sua actividade profissional, qual será a natureza dos seus vínculos laborais, não podendo projectar quando, como e com que garantia poderá realizar os outros papéis e tarefas da sua existência (casar, conseguir comprar ou alugar uma casa, ter filhos).

No entanto a todas estas dificuldades não pretendem transmitir uma mensagem marcada por um dramatismo irremediável que poderia levar-nos ao desalento e ao pessimismo face ao futuro.

3. Em forma de conclusão: alguns contributos para a Intervenção

Face a esta leitura complexa da realidade, que apoios se poderão garantir aos jovens de hoje para lidarem construtivamente com esta pressão social — uma sociedade bloqueada — e facilitar a emergência de projectos de vida viáveis, quer seja no investimento na formação mais ou menos qualificante quer na inserção progressiva dos diplomados ou indiferenciados no mundo do trabalho, prevenindo deste modo, comportamentos de risco?

Atrevo-me a apresentar algumas propostas globais de intervenção, embora julgue que tenham de ser os técnicos que estão no terreno, — sendo os mais qualificados conhecedores dos contextos naturais de vida dos jovens, sabendo quais os recursos técnicos e materiais acessíveis, conhecendo as oportunidades sociais de formação, de inserção profissional e de lazer dispo-

níveis do meio —, que, avaliando as necessidades e recursos disponíveis, tem de construir propostas contextualizadas que sejam produtoras de inovação e contrariem a lógica da reprodução que perpetuam as desigualdades de oportunidades.

a) Face à desorientação geral, a orientação vocacional dos adolescentes e jovens deve ser uma intervenção prioritária, realizada de forma sistematizada e atencionalizada por técnicos da especialidade —isto é, psicólogos—, para os apoiar na exploração e configuração dos seus projectos de vida realistas e flexíveis, não se circunscrevendo a estratégias de transmissão de informação e treino de competências de tomada de decisão, mas criando oportunidades eminentemente educativas, promotoras do seu desenvolvimento global. Esta intervenção de orientação escolar e profissional, embora se faça ao longo da vida, é marcada por momentos específicos de questionamento, quer aqueles que são impostos desde fora pelo sistema de oportunidades de formação (por exemplo, o caso Português, ao concluir o Ensino Básico ou no final do Ensino Secundário) quer aqueles momentos de questionamento pessoal, que, nomeadamente, emergem nas transições de níveis de escolaridade e na transição da formação para o mundo do trabalho.

Relativamente à transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior, no que se refere à situação portuguesa, é de justiça sublinhar-se que nunca se exerceu tanta pressão e *stress*, a nível familiar e social, sobre os jovens como actualmente. A necessidade de atingir resultados elevados para aceder aos cursos desejados do ensino superior tende a deixar profundas marcas em muitos jovens, que, assim, se vêem na obrigação de praticamente abdicar de investir em outras dimensões da sua vida, que não se pode esgotar no estudo e, portanto, interferindo na sua qualidade de vida e no seu desenvolvimento pessoal, e, por vezes, com efeitos contraproducentes nos resultados escolares (como ilustração do que se afirmou, veja-se o estudo do Diário Público de 27/01/99 realizado com os jovens que entraram no curso de medicina no ano lectivo 1998/99; a longo do Ensino Secundário tiveram que obter resultados, em todas as disciplinas, a partir de 90% para entrarem num curso cuja nota mínima de ingresso foi 18,7).

Para minimizar o efeito negativo desta pressão seria conveniente que os jovens tivessem condições para o desenvolvimento de projectos de vida suficientemente flexíveis e não tão rigidificados de modo a disporem de um espaço possível de cedência e negociação; ou seja, seria desejável que não

colocassem como única hipótese um curso, e ainda menos uma profissão, mas um conjunto de cursos dentro do mesmo domínio dos saberes que poderão eventualmente permitir o acesso a um conjunto de actividades profissionais, para, no momento da escolha terem um espaço de negociação entre a escolha possível e a aspirada.

(b) Se é verdade que o acesso ao primeiro emprego não é fácil para nenhum nível de qualificação profissional — nem intermédio, nem superior—, para os jovens que concluem a sua formação através de um curso tecnológico e/ou profissional e que pretendem entrar no mundo do trabalho as dificuldades são acrescidas porque o nosso mercado empregador ou não conhece suficientemente este nível de certificação profissional — aqui poder-se-ia, entre outros agentes sociais, responsabilizar a escola que não divulgou suficientemente esta formação vocacionada para a vida activa, não estabelecendo um diálogo sistemático e intencionalizado com o mundo do trabalho —, ou os nossos empregadores, muitos dos quais, com baixas qualificações escolares e profissionais, continuam a investir em mão de obra não qualificada por não verem mais valia nas qualificações profissionais.

Para atenuar as dificuldades de inserção destes jovens na vida activa, as escolas (através dos coordenadores dos cursos tecnológicos e/ou profissionais), os responsáveis das unidades de inserção de vida activa (UNIVAS), os vários agentes comunitários deveriam apresentar-se como interlocutores privilegiados entre o diplomado e o tecido empresarial local, para que estejam sensíveis a uma política social de criação de emprego para os jovens.

(c) Além disso, seria útil investir em projectos de intervenção, individuais ou em grupo: (a) para capacitar e desenvolver nos jovens diplomados competências de iniciativa e de empreendimento na procura activa de emprego; (b) para construir oportunidades, para disputar lugares e para conceber novos percursos profissionais; (c) para promover a capacidade de comunicação e argumentação, que serão essenciais para quem vai ter de construir uma vida profissional instável, em diálogo permanente com outros; (d) para ter a disponibilidade e a perseverança de saber e poder recomeçar, a cada passo da vida e de reaprender sempre. Porque cada vez mais, ao lado dos saberes tradicionais (dos diplomas e certificações) e dos saberes-fazer profissionais, torna-se cada vez mais relevante o saber ser, a capacidade para aprender perante novos desafios, o espírito criativo, a capacidade de resolução de problemas, as competências de comunicação interpessoal, a capacidade de trabalho em equipa e

de assumir responsabilidades autonomamente e as competências necessárias para aceder, recolher, tratar, utilizar e filtrar a informação.

(d) Por fim, deve-se garantir apoios àqueles jovens que abandonam o sistema de formação antes da Escolaridade Básica ou durante o Ensino Secundário sem qualquer qualificação profissional incentivando-os a continuarem a investir na sua formação escolar (ensino de segunda oportunidade – Ensino Recorrente) e/ou profissional (cursos de formação profissional oferecidos pelos Centros de Formação de gestão directa ou participada, com especial destaque para a Aprendizagem em Alternância, ou formações avulsas, embora qualificante para o trabalho) para que disponham de saberes profissionais qualificados que poderão ser uma mais valia para os tornar mais aptos ao acesso de novas oportunidades de trabalho.

Incerteza, imprevisibilidade, instabilidade e insegurança são os 4 substantivos que qualificam, neste final de século, as sociedades ditas desenvolvidas (Azevedo, 1999). De facto, o mundo muda com uma velocidade vertiginosa. Ou nos preparamos antecipadamente para lidar de forma viável com a turbulência e a aceleração do tempo e produzimos respostas alternativas criativas e possíveis, ou então ficamos na margem do caminho que irremediavelmente avança. O sentimento de forte insegurança pessoal que afecta muitos jovens é preocupante em termos sociais e, sobretudo, na construção da sua identidade, carecendo de formas concretas de ancoragem em projectos escolares e profissionais. Os jovens de hoje que não tem a possibilidade de construir os seus sonhos de formação e profissão com tanta previsibilidade como os de gerações anteriores, precisam de desenvolver, por eles mesmos, com a colaboração dos adultos e técnicos de orientação escolar e profissional, novas formas de ir realizando projectos de vida viáveis e com credibilidade a seus próprios olhos; só assim poderão evitar cair no desalento e no pessimismo, tornando-os mais vulneráveis aos comportamentos de risco.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, J. (1999). *Voos de borboleta. Escola, trabalho e profissão*. Porto, Ed.: Asa.

CABRAL, M. V. & PAIS, J. M. (1998). *Jovens portugueses de hoje*. SEJ, Celta Editora.

CAMPOS, B. (1989). Intervenção em orientação vocacional. Algumas questões de valores. *Inovação*, 2, 4, 403-409.

CAMPOS, B. (1992). Informação na orientação Profissional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 8, 5-16.

GONÇALVES, C. M., & COIMBRA, J. L. (1995). A influência do clima psicossocial da família no desenvolvimento vocacional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 10-11, 43-52.

GONÇALVES, C. M., & COIMBRA, J. L. (1997). *A influência da família no desenvolvimento vocacional de adolescentes e jovens*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

HOFFMAN, L. (1977). Changes in family roles socialization and sex differences. *American Psychologist*, 32, 644-657.

IMAGINÁRIO, L. (1990). Desenvolvimento vocacional. In B. Campos (Ed.), *Psicologia do desenvolvimento e educação dos jovens*, Vol. II. Porto: Ed. Universidade Aberta, 187-212.

LAW, B. (1991). Community interaction in theory and practice of career works. In B. P. Campos (Eds.), *Psychological intervention and human development*. Porto: Ed I.C.P.F.D. e Louvain-La-Neuve Academia, 151-162.

SCHULENBERG, J., VONDRACEK, F., & CROUTER, A. (1984). The influence of the family on vocational development. *Journal of marriage and the family*, 46, 129-143